



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das Secretarias.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

O Município possui atualmente dezenas de locais onde funcionam as diversas secretarias, departamentos, centros de atendimento ao público, além de centros de ensino e de saúde. Nestes locais constantemente necessitam de novos aparelhos eletroeletrônicos e mobiliários, seja para substituição de aparelhos que estão no final de sua vida útil ou quando da necessidade de ampliação do atendimento (novas salas de aula, novos postos de saúde). O Município tem a obrigação de garantir o mínimo necessário para desenvolvimento das atividades laborais de seus servidores e usuários dos equipamentos públicos.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA

(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021) V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

Solução 01: Locação de equipamentos: os equipamentos podem ser especificados conforme as necessidades do município.

Vantagens: dentre as vantagens podemos citar o baixo custo inicial, com custos mensais previsíveis, facilitando o planejamento orçamentário. Ainda há possibilidade de inclusão da manutenção e suporte técnico para os equipamentos. Os riscos de utilização por conta da empresa contratada.

Desvantagens: o aluguel é uma solução para necessidades temporárias, o que não é o caso, com a utilização permanente o custo da locação superaria o de desgaste dos itens, tornando o aluguel inviável. O município não possui a propriedade sobre o bem que está utilizando. Ainda, esse é um mercado bem restrito, com poucos fornecedores.

Solução 02: Aquisição dos equipamentos: Realização de pregão eletrônico para aquisição de eletroeletrônicos e mobiliários, conforme itens necessários para o bom seguimento das funções e equipamentos adequados para os servidores, baseando nas contratações anteriores.

Vantagens: como vantagens podemos citar que o mercado é amplo e expressivo com diversos fornecedores capazes de atender a demanda do município, também não teria um custo mensal para o município e ainda a



possibilidade de o município recuperar parte do valor no final da vida útil através do leilão de bens inservíveis.

Desvantagens: as desvantagens são o custo inicial de aquisição que pode ser alto, a responsabilidade pela manutenção e conservação dos equipamentos e a obsolescência dos equipamentos.

Solução escolhida: Solução 02, que consistente na **aquisição dos equipamentos**, mostra-se a alternativa mais adequada e vantajosa para o Município, considerando a natureza permanente da demanda, os princípios da economicidade, eficiência e planejamento de longo prazo da Administração Pública. Ainda, o município de Dois Vizinhos não dispõe de empresas locais ou regionais que forneçam a solução 01, sendo talvez uma contratação mais adequada para grandes centros, diferente da realidade deste município.

Quanto ao Simples Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:

O objeto deste Estudo Técnico se enquadra no regime do SIMPLES Nacional (art. 17, §1º, da Lei Complementar 123/2006), facilitando a participação das pequenas empresas.

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?

Sim (x) Não existe impedimento para microempresas e empresas de pequeno porte utilizarem o benefício do regime de tributação do simples nacional, quando o objeto for aquisição de eletroeletrônicos e mobiliários.

Não () (justificar)

Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?

Sim (x)

Não () (justificar)

Poderá participar Sociedades Cooperativas?

Sim (x)

Não () (justificar)

Da vedação à subcontratação

É vedada a subcontratação.

Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços

A adesão à Ata de Registro de Preços mostra-se inviável para a aquisição de eletroeletrônicos e mobiliários, pois as atas existentes, em regra, contemplam itens padronizados e genéricos, que não atendem plenamente às especificações técnicas e às necessidades operacionais do Município.

Além disso, não há garantia de disponibilidade dos quantitativos, tampouco de prazos compatíveis, uma vez que a adesão depende de anuência do órgão



gerenciador e do fornecedor. Soma-se a isso o fato de que os preços registrados podem não refletir a melhor vantagem no momento da contratação, considerando variações de mercado e custos logísticos.

Por fim, a adesão restringe a autonomia do Município na definição de condições essenciais, como prazos de entrega e garantia e assistência técnica, razão pela qual se mostra mais adequada a realização de procedimento licitatório próprio.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

Pretende-se realizar a licitação de pregão eletrônico, onde a disputa se dará item a item (de forma separada).

Neste caso, o item que ultrapassar o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), terá seu fornecimento parcelado em cotas (25% para as empresas ME e EPP e 75% para Ampla Concorrência), os demais itens ficarão na cota exclusiva para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, objetivando fomentar as empresas que estejam sob estes enquadramentos, nos termos da Lei Complementar 123/2006.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14.133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

As quantidades foram estimadas com base nas aquisições feitas no Pregão 90002/2025, e ainda na expectativa de abertura de novas obras civis que estão sendo licitadas pelo município.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

O valor estimado para esse processo licitatório é de R\$ 1.456.491,38 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e noventa e um reais e trinta e oito centavos). O valor foi estimado com base nos preços registrados na última licitação.

6. ANÁLISE DOS RISCOS

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Em anexo.



7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Tendo em vista as análises acima, temos clara a necessidade de adquirir equipamentos eletroeletrônicos e mobiliários para as diversas Secretarias, Departamentos e Setores da administração municipal. Para isto, conclui-se que a contratação de empresas privadas para prestação deste tipo de aquisição é a melhor forma de suprir esta necessidade de forma eficaz e com bom aproveitamento dos recursos públicos. Sendo justificável a realização de pregão eletrônico, com entrega a cargo do fornecedor.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Como requisitos da contratação serão requeridos os seguintes documentos:

a) Atestado de Capacidade Técnica que comprove o fornecimento de produtos com características semelhantes ao objeto desta licitação, registrado pelo órgão de classe;

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, se cabíveis ao objeto.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto.

A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

A Contratada deverá fornecer diretamente o produto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

Prestará todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.

Necessitará executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.

A Contratada se obriga a executar os serviços ou a entrega dos produtos de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias, locais e quantidades determinadas, de acordo com as nossas necessidades.



Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados, igual ao descrito em Nota de Empenho, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas dos produtos, transporte até o local da entrega que será previamente indicado.

Quando a aquisição for adquirida pelo Município através de Transferências Especiais de Recursos Federais ou Estaduais ou verba parlamentar é imprescindível indicar nas observações da Nfe, o número do convênio, número do Edital, documentos estes que comprovam o nexo causal entre recursos repassados e as despesas realizadas.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(x) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Qualificação Técnica:

Não se aplica.

Qualificação Econômico-Financeira:

Não se aplica.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL

(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade



ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;

Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (Lei nº 12.305/2010);

Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei nº 12.305/2010);

Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados;

Opção gradativa por produtos mais sustentáveis, com estabelecimento de metas crescentes de aquisição, observando-se a viabilidade econômica e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade;

Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;

Observância às normas técnicas, elaboradas pela ABNT, para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados; e

Conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor expedidos pelo Conmetro/Inmetro de forma a assegurar aspectos relativos à saúde, à segurança, ao meio ambiente ou à proteção do consumidor e da concorrência justa (Lei nº 9.933/1999).

Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Diante das análises deste ETP, pretende-se a contratação de empresa(s) para o fornecimento de equipamentos eletroeletrônicos e mobiliários para atender todas as necessidades dos órgãos públicos desta municipalidade.

Os objetos da contratação são caracterizados como bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

A solução proposta tem como objetivo garantir o fornecimento contínuo do serviço, permitindo que, posteriormente, seja adquirido pelos preços ofertados, quantas vezes forem necessárias. Isso evita que a administração pública precise realizar sucessivas licitações para contratar o mesmo produto ou serviço.

12. REGIME DE FORNECIMENTO



(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Fornecimento parcelado, conforme demanda do município.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Dione Luiz da Silva
Fiscal Administrativo:	Bianca Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Rudinei Curzel
Fiscal Técnico:	
Suplentes:	Caetano Besson Fernandes

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES

(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Os itens que necessitam de montagem ou instalação serão efetuados por servidores ou colaboradores designados pela administração.

15. ALINHAMENTO COM O PAC

(art. 18 § 1º inciso II da Lei 14.133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000002/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2025
- III) Id do item no PCA: 7028, 7027, 7026, 9208, 8989, 7510, 7561, 7867, 7508, 7514, 8979, 8982, 7548, 8992, 703, 8994, 7002, 8995, 8980, 8996, 7003, 9029, 7004, 7032, 7650, 8999, 9000, 9001, 9002, 7558, 9004, 7036, 9006, 7411, 9028, 9008, 9009, 9010, 9011, 9012, 10242, 10243, 7560, 8978, 7545, 8983, 7567, 9017, 8981, 9018, 9021, 9022, 9023, 9024, 9026, 9027.
- IV) Classe/Grupo: MOBILIÁRIOS DIVERSOS E ACESSÓRIOS
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-11/2026

**16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS**

- ☐ Global
☐ Lote(s) de Itens
☒ Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☒ Bens e serviços comuns
☐ Bens e serviços especiais
☐ Serviço comum de engenharia
☐ Serviço especial de Engenharia
- ☐ Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
☐ Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
☒ Serviços não contínuos ou contratados por escopo
☐ Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

O objeto da contratação tem um risco muito baixo de não ser executado ou de gerar prejuízos para a Administração, justificando a dispensa da garantia.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos eletroeletrônicos e mobiliários.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- ☒ Pregão, ☒ Tradicional ☐ SRP
☐ Concorrência, ☐ Tradicional ☐ SRP
☐ Concurso
☐ Leilão
☐ Dialogo Competitivo

Procedimentos auxiliares



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- ☐ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
- ☐ Pré-Qualificação
- ☐ Procedimento de Manifestação de Interesse.

Contratação Direta:

- ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa
- ☐ Inexigibilidade de licitação.

Critério de julgamento:

- ☒ menor preço
- ☐ melhor técnica ou conteúdo artístico
- ☐ técnica e preço
- ☐ maior retorno econômico
- ☐ maior desconto
- ☐ maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☒ Aberto
- ☐ Fechado
- ☐ Aberto e Fechado
- ☐ Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOS

- ☐ SIM
- ☒ NÃO

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

- ☒ Recursos Próprios
- ☐ Recursos Estaduais
- ☐ Recursos Federais

Dois Vizinhos, 27 de janeiro de 2026.

Elaborado pelo servidor Caetano Besson Fernandes
Diretor do Departamento de Compras